

CONTAS PÚBLICAS

Falta de consenso atrasa mais a PEC

A demora do governo para a conclusão da proposta aumenta a desconfiança do mercado e faz o dólar bater recordes. Hoje, está marcada uma reunião de líderes

» ROSANA HESSEL
» MAYARA SOUTO

Ed Alves/CB/DA.Press



Proposta terá as medidas fiscais anunciadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na quarta-feira

» Proposta paralela na Câmara

Enquanto o governo atrasou o envio da PEC, deputados se adiantaram e protocolaram na Câmara uma proposta mais ampla do que a da Fazenda. O texto tem como objetivo promover uma “ampla revisão de regras que condicionam o crescimento das despesas públicas federais”, prevendo um impacto fiscal de R\$ 69,4 bilhões, em 2026, e de R\$ 1,125 bilhão no acumulado até 2031. Entre as propostas, estão a desindexação das despesas públicas em relação ao salário mínimo e a desvinculação de despesas da Saúde e da Educação ao comportamento das receitas. Além disso, prevê a revisão de gastos tributários, supersalários, abono salarial e aposentadoria dos militares — com a fixação da idade mínima de 55 anos para a aposentadoria integral de benefícios, que também estão entre as promessas do pacote da Fazenda.

Produto Interno Bruto (PIB). Esse montante é quase 10 vezes maior do que o déficit primário permitido na meta fiscal deste ano, de 0,25% do PIB, ou R\$ 28,9 bilhões.

Reunião no Planalto

A equipe econômica e os ministros palacianos demoraram para conseguir fechar o texto da PEC com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e líderes do governo no Congresso. Haddad chegou ao Palácio do Planalto para a reunião às 16h30 e precisou esperar cerca de uma hora para o encontro com o chefe do Executivo. Ele saiu sem dar declarações.

Além de Haddad, participaram da reunião o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, o senador Jaques Wagner (PT-BA), o senador Randolfe Rodrigues (PT-AP),

o senador Otto Alencar (PSD-BA) e o deputado José Guimarães.

O governo tinha sinalizado pressa para aprovar as medidas previstas na PEC do pacote fiscal antes do recesso parlamentar, que começa às portas do Natal. Não à toa, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), marcou para hoje, na Residência Oficial, uma reunião com o comitê de lideranças, na hora do almoço, para definirem o cronograma das votações.

Para ter tramitação rápida no Congresso, a PEC precisa ser enviada ao Legislativo com pedido de urgência. Assim, reduzirá etapas, passando pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, se aprovada, poderá ser encaminhada diretamente para o plenário. Para alterar a Constituição, uma PEC precisa de, pelo menos, três quintos de votos favoráveis da Câmara e do Senado, ou seja, 308 e 49 votos, respectivamente, em dois turnos.

Medidas polêmicas

Dentro do pacote de corte de gastos estão medidas que têm provocado polêmicas, como a redução do abono salarial — uma espécie de 14º salário para quem ganha até dois salários mínimos (R\$ 2.824) —, que seria gradualmente reduzido para 1,5 salário mínimo. Atualmente, trabalhadores com carteira assinada e servidores públicos são agraciados com esse benefício.

A proposta também prevê modificação no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que passará a destinar 20% dos investimentos às escolas em tempo integral — uma das promessas de campanha de Lula.

A PEC ainda muda a forma que é calculado o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), instituído em 2002. A verba é destinada a Brasília por ser a capital federal e corresponde a quase 40% do orçamento da cidade. Ao todo, seriam R\$ 800 milhões a menos todos os anos. Essa medida também consta de um projeto de lei de autoria do líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães.

Na sexta-feira, o líder do PT na Câmara protocolou o Projeto de Lei Complementar (PLP) e o Projeto de Lei (PL), que incluem ajustes em benefícios sociais, salário mínimo e pensão de militares.

Liberdade para congelar despesas

Washington Costa



Em evento, Dario Durigan esclareceu pontos do pacote de gastos

— o piso da meta fiscal deste ano. As declarações de Durigan foram feitas em evento da XP

Investimentos, em São Paulo, cujo áudio foi compartilhado pelo Ministério da Fazenda após a

participação do secretário. Líderes da Câmara receberam de forma positiva o pacote de contenção de gastos apresentado pelo governo federal, mas fizeram ressalvas à proposta de revogação do “dever de execução do Orçamento”.

“Propusemos uma alteração constitucional que nos garantisse a possibilidade de bloquear e contingenciar discricionária. Esse é um ponto que gerou algum tipo de dúvida no Congresso, eu aproveite aqui para esclarecer: a mudança nos parágrafos 10 e 11 do 165 da Constituição, que permitiria impositividade de emenda, gasto obrigatório, isso já está fora, mas com relação às discricionárias, daria mais uma ferramenta de controle do Executivo para fazer primário. É disso que nós estamos falando aí”, disse.

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, explicou que uma das medidas propostas no pacote de gastos, que trata do dever de execução do Orçamento, visa permitir ao Executivo bloquear e contingenciar despesas discricionárias no volume que julgar necessário. A mudança foi proposta para evitar a repetição de um episódio ocorrido em julho, quando o governo limitou o contingenciamento a R\$ 3,8 bilhões, o suficiente apenas para garantir o cumprimento da meta de resultado primário. O entendimento da equipe econômica é de que, legalmente, eles estavam impedidos de realizar uma contenção superior, mesmo que por precaução, só podendo congelar o montante exato para alcançar um déficit primário de R\$ 28,8 bilhões

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Dino libera emendas, porém, exige transparência

Estava tudo parado no Congresso, agora as coisas vão começar a andar, para o bem, como a regulamentação da reforma tributária, ou para o mal, caso da PEC das Praias, veremos no decorrer das próximas semanas. Depois das eleições municipais, os parlamentares realizaram uma espécie de obstrução dissimulada, na qual se recusavam a votar propostas da maior relevância, porque as emendas parlamentares ao Orçamento da União continuavam suspensas. Aguardavam decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino, que exigia a adoção de mecanismos que garantissem clareza e transparência na destinação dessas emendas.

Ontem, em decisão monocrática, o ministro liberou o pagamento das emendas parlamentares conhecidas como RP9 (emenda de relator) e RP8 (emendas de comissão) e emendas Pix, desde que atendidas regras constitucionais relativas à transparência, à rastreabilidade e ao controle público. A decisão está sendo submetida ao referendo do plenário em sessão virtual extraordinária, iniciada às 18h, e que deve ser concluída ainda hoje, até as 23h59.

Na liminar, o ministro Dino estabeleceu novos critérios para liberação das emendas, como a indicação do autor e do beneficiário final dos recursos no Portal da Transparência, além da separação entre o relator do Orçamento e autor das emendas. Determinou também que a aferição da transparência, por parte do Executivo, ocorra antes da transferência dos recursos, o que terá de ser analisado caso a caso. Em relação às metas das emendas de comissão, o ministro exigiu a necessária identificação nominal do parlamentar ou instituição que a sugerir ou, ainda, a autoria da indicação de emenda à bancada, a fim de que todo o processo orçamentário seja documentado.

A conta não é pequena. Para 2024, R\$ 49,17 bilhões em emendas parlamentares foram autorizados, R\$ 37,6 bilhões empenhados (ou seja, foram reservados para pagamento) e R\$ 23,3 bilhões efetivamente pagos, considerando os chamados “restos a pagar”, emendas reservadas de anos anteriores. Com a suspensão das emendas, há três meses, restam R\$ 25 bilhões a serem pagos em dezembro. O governo pretende negociar a liberação dessas emendas para aprovar a regulamentação da reforma tributária e o pacote fiscal, sem a mudança no Imposto de Renda, que ficou para o próximo ano.

Entretanto, ainda há insatisfações no Congresso. Dino exigiu que, a partir do próximo ano, a liberação das chamadas emendas Pix (um verdadeiro absurdo, porque os recursos poderiam ser destinados sem exigência de projeto, diretamente à conta dos beneficiados) somente seja feita com a devida apresentação de um plano de trabalho prévio e em contas específicas. Para as emendas deste ano e do ano passado, ainda não executadas, foi concedido prazo de 60 dias para sanar o requisito de apresentação de plano de trabalho. Caso não seja apresentado o plano, o pagamento deverá ser suspenso novamente.

Patrimonialismo

É aí que está o problema, porque muitos desses recursos foram negociados em troca de apoio eleitoral. Em sua decisão, Dino ressaltou que cabe ao Tribunal de Contas da União (TCU) fiscalizar e julgar as contas relativas às emendas Pix. Ou seja, normas regimentais, da Câmara e/ou do Senado, e administrativas, do Executivo, não podem modificar essa competência constitucional. Um aspecto importante é a obrigatoriedade de observar os critérios técnicos e orientações do gestor federal do Sistema Único de Saúde (SUS), antes da liberação de recursos. Houve uma farra de destinação de emendas para “organizações da sociedade civil de interesse público”, as OSIPs, que atuam na área da saúde, sem considerar as prioridades do SUS.

A Controladoria-Geral da União (CGU) teve um papel decisivo no resgate de transparência das emendas ao Orçamento, ao apontar o descumprimento dos requisitos de transparência e rastreabilidade nas execuções das emendas parlamentares de todas as modalidades. Trata-se de um montante de R\$ 186,3 bilhões pagos entre 2019 e 2024, com origem e destino não sabidos. A existência dessas emendas, que violava as diretrizes constitucionais de elaboração e execução do Orçamento da União, já havia provocado uma decisão da agora ministra aposentada Rosa Weber, que presidia o Supremo à época. Diante do descumprimento da ADPF 854, de dezembro de 2022, o pagamento das emendas acabou suspenso pelo ministro Dino.

O Congresso reagiu muito negativamente ao freio de arrumação, o que levou à realização de uma audiência de conciliação em agosto de 2024. As emendas Pix elevaram ao quadrado o patrimonialismo na política, em dezenas de municípios para os quais são destinados milhões de reais. Cada parlamentar tem direito a mais de R\$ 50 bilhões em emendas, alguns chegam a destinar quase R\$ 150 milhões em verbas. Há municípios nos quais as principais autoridades e empresas são ligadas ao mesmo grupo político, quando não à família do parlamentar. Mais de uma dezena de congressistas estão sendo processados, em segredo de justiça, por desvio de recursos dessas emendas.

R\$ 23,3 BILHÕES EM EMENDAS JÁ FORAM PAGOS, MENOS DA METADE. COM ISSO, O GOVERNO TERÁ DE LIBERAR R\$ 25 BILHÕES NESTE FINAL DE ANO PARA VOTAR QUALQUER COISA NO CONGRESSO